

POLÍTICA

Estabilidade: aprovação pode sair hoje.

Houve muita discussão, mas os constituintes não entraram em acordo. A matéria deve ser aprovada nos termos dos substitutivo de Bernardo Cabral.

A estabilidade no emprego deve ser aprovada na sessão de hoje da Comissão de Sistematização, provavelmente nos termos do substitutivo do relator Bernardo Cabral. Os destaques que restam para ser apreciados não alteram substancialmente a matéria — muitos deverão ser até retirados. Durante esta semana, as lideranças do PMDB e do PFL fizeram várias tentativas para aprovar o primeiro substitutivo de Cabral que, no item referente aos direitos dos trabalhadores, estabelece a proteção do contrato de trabalho contra "despedida imotivada ou sem justa causa", transferindo para a legislação ordinária os casos específicos de estabilidade. Mas não chegou a haver acordo.

O senador Albano Franco insistiu que essa seria a melhor solução para os dois lados, melhor que a aprovação da proposta do segundo anteprojeto de Cabral. Sem acordo e com a provável aprovação da estabilidade, Franco prevê "uma fase difícil para patrões e empregados". E chegou até a admitir a possibilidade de uma espécie de "dia nacional do aviso prévio", diante do fato consumado. Franco queixou-se ainda do seu próprio partido, o PFL, e dos deputados Francisco Dornelles e Afif Domingos, que teriam conduzido mal a questão.

"Jamais houve tanta falta de sensibilidade política e de percepção da realidade do País", concordou o deputado Israel Pinheiro Filho. "A Constituinte está entrando na fase decisiva e definindo seu futuro ao votar a estabilidade", acrescentou, reclamando contra a intransigência dos setores progressistas do PMDB.

Tentativas

O senador Fernando Henrique Cardoso, o senador Albano Franco e o presidente da Fiesp, Mário Amato, tracam-se às 16 horas no gabinete do líder do PMDB com Jair Meneghelli, da CUT, e Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinão, da GGT, para tentar mais um acordo conciliador. O objetivo era substituir a estabilidade por formas diversas de aviso prévio e indenização progressiva por tempo de serviço. Joaquinão e Meneghelli disseram que não abririam mão da estabilidade. Depois, explicaram suas pretensões também ao senador José Richa, que lhes afirmou: "A estabilidade total será um problema para as empresas". "A rotatividade é pior, e o Brasil cresceu mais no período em que houve estabilidade no emprego", respondeu Joaquinão.

Mário Amato chegou a acreditar no acordo, inicialmente, e comentou: "Pelo menos todos reconhecem que a estabilidade pura e simples será um desastre para o País". Amato observou, em seguida, que havia questões técnicas, as quais não podia especificar, que aparentemente impediam a retirada da proposta de estabilidade das emendas que poderiam corresponder aos interesses do empresariado, sem descuidar dos empregados. Mário Amato esteve no plenário durante a votação e conversou com Joaquinão e Meneghelli chegando a despertar a curiosidade dos constituintes.

Fernando Henrique Cardoso atribuiu o fracasso nas negociações às "assessorias ra-



Cabral: diálogo e consenso.



No plenário: discussão sem acordo.

PESQUISA: QUEM É PARLAMENTARISTA?

68% dos 1.046 eleitores entrevistados não aceitam um primeiro-ministro

Uma pesquisa com 1.046 eleitores de Curitiba, Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, encomendada e divulgada ontem, pelo Palácio do Planalto, demonstra não só uma tendência majoritária contra a implantação do sistema parlamentarista proposto pelo relator Bernardo Cabral, mas também uma posição favorável à emenda presidencialista do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), e atinge o percentual máximo de 80% por um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

A uma das 29 perguntas, elaboradas, aplicadas e tabuladas pela agência de propaganda LPM, sobre a preferência de candidato a primeiro-ministro, no caso de vitória do parlamentarismo na Constituinte, 20% escolheram Mário Covas, 12% ficaram com Ulysses Guimarães e 15% com Marco Maciel, seguindo-se, com percentuais menores, o senador Fernando Henrique Cardoso (6%) e empatados o deputado Bernardo Cabral e o senador José Richa (5%). Mas o percentual maior, de 36%, foi para "nenhum candidato".

As perguntas sobre parlamentarismo foram encaminhadas da seguinte forma: "No parlamentarismo, o presidente da República não governa, é apenas chefe de Estado. O governo será exercido pelo primeiro-ministro, escolhido por eleição indireta entre os deputados federais. O sr. concorda com essa proposição, ou não?" 68% responderam não e 25% responde-

ram sim. Se 58% dos eleitores soubessem que o seu candidato era parlamentarista não teriam votado nele, enquanto 34% manteriam seu voto. E se o candidato votar no parlamentarismo, 60% dos eleitores pesquisados não votarão novamente nele, enquanto 31% manterão seu voto no mesmo candidato.

Oitenta e um por cento dos eleitores não concordaram que se possa implantar o parlamentarismo sem que haja, como em 6 de janeiro de 1963, um plebiscito, enquanto 17% acharam que não há necessidade de consulta popular. Da mesma forma, os

mesmos 81% não concordaram que o parlamentarismo jamais possa ser alterado na Constituição, uma vez adotado (apenas 15% concordaram com o parlamentarismo eterno).

O PMDB permaneceu como o partido da preferência do eleitorado pesquisado (a maioria pertencente à classe econômica "C", sendo 51% homens e 49% mulheres, com predominância de jovens entre 18 e 29 anos, com 38% com 25%. A seguir vieram o PT (12%) e em percentuais muito baixos PDT (7%), o PTB e o PFL (3%) e os partidos comunistas (apenas 2%).

Trabalhadores rurais, contra os EUA.

Os trabalhadores rurais concentrados em Brasília foram impedidos ontem de fazer uma manifestação em frente à Embaixada dos Estados Unidos. Mas uma comissão conseguiu chegar a cem metros da representação e entregar um documento que deveria ser encaminhado ao embaixador Harry Shlaudeman. Ali eles denunciam a "influência do poder econômico estrangeiro no comportamento de alguns constituintes brasileiros" que defendem

teses que "atentam contra a soberania do País". A denúncia abrange também as condições em que foi contraída a dívida externa brasileira — 60% em mãos de bancos norte-americanos. Segundo o documento, entre 1949 e 1986, entraram no Brasil 135 bilhões de dólares; no mesmo período, o País pagou 127 bilhões de dólares, mas ainda deve 110 bilhões de dólares. Finalmente, diz que os trabalhadores brasileiros são contra a intervenção dos Estados Unidos na América Central e con-

tra as invasões militares em países latino-americanos. A manifestação dos trabalhadores prosseguiu ontem em frente ao Supremo Tribunal Federal, onde entregaram ao ministro Rafael Maya outro documento pedindo agilização dos processos que pretendem a desapropriação de áreas para efeito de reforma agrária. Informam que há 150 processos parados por culpa da morosidade do In-cra e pedem o empenho do Judiciário para acelerar a distribuição das terras.

Ermírio vê ameaça

"Implantar o parlamentarismo no País é dar férias para a democracia, e a maneira mais fácil de voltarmos ao regime autoritário. E concentrar os poderes nas mãos dos políticos, o que vai fazer com que o nível dos ministros de Estado, que já é muito ruim, caia ainda mais." As declarações são do empresário Antônio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim, feitas à saída do gabinete do presidente José Sarney, no Palácio do Planalto.

Caso o parlamentarismo seja implantado no País, para Antônio Ermírio, "os ministros de Estado naturalmente serão todos políticos. E todos terão, naturalmente, que ler pela cartilha do partido majoritário, o PMDB. E isso não me parece bom, em absoluto. Quem não obedecer ao partido majoritário vai ser posto para fora. E será assim também com o primeiro-ministro". Ele disse que os poderes devem ser harmônicos e independentes, o que não acontecerá, segundo entende, "se o Congresso vier a dominar o Executivo".

Antônio Ermírio é favorável a uma simplificação da administração pública, com a extinção de alguns ministérios. Prega também uma descentralização de poderes: "O partido majoritário de hoje quis acabar com a corrupção nacional e defendia a descentralização, quando estava na oposição. Agora, centraliza mais do que nunca, a começar pelo presidente do partido".

dicais de ambos os lados". E previa, já no decorrer da votação, que havia uma estratégia liderada pelo PFL para facilitar a aprovação da emenda popular patrocinada pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. O PMDB, segundo ele, propunha a defesa dos termos do primeiro substitutivo de Bernardo Cabral, mais as indenizações na forma da lei. "Mas a direita e a esquerda não se entendem", comentou Fernando Henrique.

"A esquerda quer a estabilidade completa e já, e a direita quer defender os interesses dos empresários, inviabilizando o entendimento."

O senador garantiu que as negociações continuariam até o final da votação e frisou que os constituintes precisariam observar a necessidade de "dar proteção contra o arbítrio da demissão, mas também evitar que as empresas fossem prejudicadas".

A tendência da Comissão de Sistematização se revelou principalmente na rejeição, por 64 a 29, da emenda popular apresentada pelo deputado Darcy Pazzo em nome da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. Tal emenda, mesmo não sendo considerada a ideal por parlamentares ligados ao meio empresarial, garantia a relação de emprego "salvo nos casos de contrato a termo, ocorrência de falta grave, prazos definidos em contrato de experiência e superveniência de fato econômico intransponível". O substitutivo de Cabral estabelece no Artigo 6 do capítulo referente aos direitos sociais a "garantia do emprego, protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se fundamentar em contrato a termo, nas condições e prazos da lei; falta grave, assim conceituada em lei; justa causa, fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou em infortúnio da empresa, de acordo com os critérios estabelecidos na legislação do trabalho".

Entre os destaques a serem apreciados hoje, setores do PMDB e do PFL pretendem fazer aprovar o do deputado Max Rosenman (PMDB-PR) que restabelece quase na íntegra o relatório anterior de Bernardo Cabral, fixando "contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada, nos termos da lei".

O início dos trabalhos foi tumultuado. Foram necessários 20 minutos para a discussão de um pedido de destaque do deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP). Ele alegou que o texto oferecido a exame não atende aos interesses dos trabalhadores, por isso, pretendia substituir pelo primeiro substitutivo de Cabral. O deputado Ricardo Izzar (PFL-SP) discordou: "Se for aprovada a emenda Lula, daqui a seis meses ou um ano os próprios trabalhadores vão pedir sua revogação". E a emenda Lula foi rejeitada por 54 a 38.

Também rejeitada foi a emenda do líder do PTB, deputado Gastone Righi, estabelecendo a estabilidade no emprego após 12 meses, através de garantia de indenização de um mês de salário por ano de serviço. Hoje, a estabilidade no emprego, segundo o dispositivo de Cabral, deverá ser aprovada.